

O PAPEL DA EXPERIÊNCIA NO PROCESSO DE CATEGORIZAÇÃO: UMA APROXIMAÇÃO ENTRE O *ENSAIO SOBRE O ENTENDIMENTO HUMANO* DE JOHN LOCKE E AS TEORIAS DA LINGUÍSTICA COGNITIVA

Aline Nardes dos Santos¹

RESUMO: Este ensaio tem por objetivo refletir sobre os preceitos do filósofo empirista John Locke, publicados na obra *Ensaio sobre o entendimento humano* (1690), e sua relação com a Linguística Cognitiva (LC), modelo que abarca diversas teorias em torno de uma visão experiencialista da linguagem e, portanto, do processo da categorização, relativo à habilidade humana de agrupar diferentes entidades como sendo instâncias da mesma espécie. Aponta-se que ambas as abordagens atribuem à experiência um papel crucial no que tange à criação das estruturas categoriais. Tanto para Locke quanto para a Linguística Cognitiva, não se pode conceber categorização sem se considerarem as construções realizadas pelos sujeitos ao interagirem com o mundo e também com a sociedade.

Palavras-chave: Categorização. Linguística Cognitiva. John Locke. Empirismo.

INTRODUÇÃO

É possível definir uma palavra? Como categorizamos as coisas no mundo? Perguntas como essas, atinentes aos estudos linguísticos, também desafiaram filósofos ao longo da história, dentre eles o pai do empirismo britânico – John Locke. Renomado pelos seus trabalhos referentes à política, Locke também deixou uma contribuição importante através da obra *Ensaio sobre o entendimento humano* (1690), mais voltada a questões filosóficas, na qual estabelece uma teoria do conhecimento que busca explicar como entendemos o mundo e, a partir disso, como devemos compreender o nosso lugar na natureza (DUNN, 2003). Dentre os tópicos abordados na obra, estão a negação do inatismo, as origens do processo de pensamento e o conceito de ideia. Uma das citações mais conhecidas do texto que reforçam a posição

¹ Mestranda em Linguística Aplicada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).



empirista refere-se à comparação que John Locke faz entre a mente humana e uma folha de papel branca, a qual, estando despida de qualquer conteúdo, vai sendo preenchida a partir da nossa experiência no mundo.

O empirismo opõe-se à perspectiva da corrente racionalista, que prioriza a razão como forma de se construir conhecimento, à parte da realidade concreta. Na linguística contemporânea, essas duas abordagens significativamente distintas podem ser verificadas através de duas perspectivas: a do gerativismo chomskyano, assentada no racionalismo, defendendo que o ser humano possui uma capacidade inata para a linguagem, a qual pode ser analisada a partir de universais linguísticos comuns a todas as línguas (KENEDY, 2008, p. 128); e a da Linguística Cognitiva (LC), que parte de uma orientação experiencialista para os estudos da linguagem (LAKOFF, 1990), no sentido de propor uma visão de cognição que integra a capacidade linguística com as demais habilidades humanas, considerando todos esses módulos, portanto, como um aparato mental interdependente e atrelado à experiência dos sujeitos no mundo real.

Desse modo, interessa-nos investigar em que medida os preceitos de John Locke, concernentes à constituição do pensamento humano, podem ser relacionados à Linguística Cognitiva (LC) através dos estudos sobre categorização, ou seja, sobre a habilidade humana de agrupar diferentes entidades como sendo instâncias da mesma espécie (TAYLOR, 2009). A justificativa deste cotejo se expressa de duas formas. Primeiramente, temos em Locke o surgimento de uma abordagem sistemática e metodológica do empirismo, de modo que o autor busca relacionar suas reflexões sobre linguagem com a experiência humana, negando a hipótese de que habilidades como essa sejam essencialmente inatas, o que vai ao encontro das teorias sociocognitivistas da linguagem. Em segundo lugar, conforme Dunn (2003), além de o trabalho político de Locke ser mais expressivo no campo filosófico, uma das críticas à sua teoria do conhecimento é a de que faltaria um entendimento maior do alcance cognitivo humano para que as suas considerações pudessem ser consolidadas, aspecto que nos convida a relacionar suas considerações às abordagens da LC.

Por fim, ressaltamos que o foco do filósofo, ao negar o inatismo, vai para além da cognição, visto que ele pretende fornecer evidências de que não possuímos uma moral inata e que, portanto, não existiria nada de determinante quanto aos nossos graus de crença e de opinião, já que estamos condicionados à nossa experiência. Com esse objetivo é que ele abordará “as faculdades cognitivas do homem e a forma como este as utiliza para conhecer os objectos com que entra em contacto”. (LOCKE, 1999, p. 22). Assim, a partir dessa obra filosófica, pretendemos realizar um novo recorte, do ponto de vista linguístico, relacionando as considerações de Locke com preceitos cognitivos já consolidados por pesquisadores ligados à LC. Tal análise se dará a partir do processo cognitivo de categorização, visto que Locke, no volume III de sua obra, principalmente no capítulo *Dos termos gerais*, permite-nos uma ligação





com esse processo ao tratar de “palavras gerais” que compreendem determinados termos – diz o filósofo que, por exemplo, uma ideia geral de *homem* abarca a imagem que se faz de *Pedro* ou de *Paulo* (LOCKE, 1999). Desse modo, interessa-nos verificar em que medida essas colocações aproximam-se de uma noção de protótipo, princípio-base dos estudos em Linguística Cognitiva, ou continuam mais atreladas ao sistema categorial aristotélico.

Importa ainda pontuar que a conexão com o pensamento de Locke não concerne às metodologias de base empirista comumente encontradas em estudos de Linguística Cognitiva – dimensão esta que ainda merece discussões à parte, não contempladas no presente trabalho –, mas sim entre o empirismo do filósofo e o realismo experiencialista da LC, o qual defende que o mundo real como o enxergamos serve como delimitador de nossos processos de conceptualização (LAKOFF, 2011) e, por conseguinte, de categorização.

No que tange à estrutura textual, este trabalho se organizará da seguinte maneira: na primeira parte, ocupar-nos-emos da Linguística Cognitiva e de sua concepção quanto ao processo de categorização, centrado na noção de protótipo, a qual advém de uma teoria da psicologia cognitiva (ROSCH, 1973) e tenciona mostrar como se estruturam os princípios gerais da linguagem humana. Em seguida, passaremos à exploração da obra de John Locke, mais especificamente do capítulo III do *Ensaio acerca do entendimento humano*, verificando os aspectos de sua teoria que se relacionam ao processo de categorização. Na terceira parte, sistematizaremos esse cotejo, observando de que forma essas abordagens se aproximam ou se distanciam no que tange à organização de categorias.

A CATEGORIZAÇÃO NA LINGUÍSTICA COGNITIVA

A Linguística Cognitiva é uma escola moderna do pensamento linguístico que surge nos anos 70 e adquire força na década seguinte. O movimento adveio do descontentamento de alguns estudiosos quanto a abordagens linguísticas formais, refutando a proposta do gerativismo, na qual apenas o módulo sintático era priorizado, dissociado de outras propriedades cognitivas. Consoante Croft e Cruse (2004), desde seu surgimento, os trabalhos no escopo da Linguística Cognitiva são consideravelmente variados, abrangendo áreas como aquisição de linguagem e linguística histórica.

Cruse (2003) define a LC a partir de seus dois pressupostos básicos: o primeiro diz que a linguagem evoluiu para fins comunicacionais e que isso justifica uma convergência de todas as suas estruturas (semântica, sintaxe, fonologia etc.); o segundo estabelece que as habilidades linguísticas são parte das habilidades cognitivas e que, portanto, a linguagem não pode ser concebida como um módulo à parte do restante do cérebro. Importa ressaltar que a Linguística Cognitiva é considerada um movimento e não uma teoria específica, visto que abarca diversas abordagens linguísticas, dentre as quais



se incluem as pesquisas de Lakoff (1987), Fillmore (1982), Langacker (1987) e Talmy (1987).

Dentre os fenômenos que perpassam esses estudos, está a categorização, dado que, consoante os princípios da LC, essa habilidade não só reflete na organização linguística como também explica o modo de funcionamento da cognição humana. Lakoff (1990) explica que a categorização é extremamente relevante por ser um elemento basilar em nossos processos de pensamento, de percepção e de ação – toda vez que pensamos em um *tipo* de coisa, como um tipo de cadeira, de animal ou de emoção, estamos categorizando entidades. Conforme ressalta o autor, através do entendimento da categorização, nessa perspectiva linguístico-cognitiva, é possível compreender como funciona o pensamento humano; trata-se, portanto, de um conceito central na LC.

Taylor (2009) explica que, dentre os três grandes tipos de abordagens que se prestam à categorização, a linguística cognitiva contrapõe-se à perspectiva *nominalista*, a qual determina que as entidades são agrupadas em uma categoria por pura convenção linguística, sem que haja algo em comum entre elas; e à abordagem *realista*, que propõe uma estrutura de categorização que existe independentemente dos falantes. A posição da LC é, assim, *conceptualista*, postulando que a categorização humana se organiza a partir da compreensão de conceitos, por meio dos quais atribuímos ou não membros a determinada categoria – por exemplo, por termos um conceito formado de *árvore*, vamos organizar essa categoria a partir de tal estrutura conceptual.

É importante observar que essa visão abrangente do modo como estabelecemos categorias vai de encontro ao modelo clássico aristotélico, o qual determina que as “Categorias são definidas em termos da união de traços necessários e suficientes.” (TAYLOR, 2009, p. 21). Essas características que tornam ou não o indivíduo pertencente à categoria é que são o foco de Aristóteles, considerando-se que tais traços apresentam-se de forma binária (a entidade possui ou não determinada característica) e que as categorias possuem limites claramente definidos (os membros que não exibirem condições suficientes para pertencerem à categoria são excluídos). Tais traços podem corresponder à *essência* de uma categoria – por exemplo, o fato de o homem ser bípede – ou às suas características *acidentais* – um homem pode ser alto ou baixo. Outra característica contestada pela LC é a suposição aristotélica de que todos os membros da categoria possuem o mesmo status, como se não houvesse membros mais ou menos prototípicos que outros.

Por sua vez, embasada nas descobertas de pesquisadores como Rosch (1974), a Linguística Cognitiva defende que a categorização não deve ser entendida através de um processo binário de pertencimento ou não pertencimento, tal qual a visão clássica, mas sim a partir da noção de *prototipicidade* ou de *efeito prototípico*. Conforme a autora, todos os objetos que pertencem a certas categorias têm o mesmo status; no entanto, alguns exemplos são considerados mais prototípicos que outros. Assim, quando se





pensa em cadeira, os itens que primeiro virão à mente serão móveis para assento com quatro pernas que se apoiam no chão; a cadeira de balanço, apesar de se encaixar na categoria, dificilmente seria considerada prototípica. Através dessa teoria, para se compreender uma palavra ou conceito, dispõe-se de um repertório mental de protótipos. O indivíduo, então, associa o objeto ou ideia a um dos itens de seu acervo prototípico.

Consoante essa abordagem, as categorias são consideradas difusas por natureza, possuindo membros centrais e membros periféricos, sendo que a centralidade depende do modo como interagimos com certa categoria em determinado contexto. Em vez de partilhar determinado traço definatório, as entidades pertencentes a certa categoria exibirão uma semelhança familiar (*family resemblance*). Desse modo, um recipiente que pode ser classificado como xícara, ao ser utilizado para o consumo de sopa, pode ser então categorizado como tigela. (EVANS; GREEN, 2006). Essa noção de efeito prototípico resulta em uma abordagem-modelo para estudos de fenômenos linguísticos e conceptuais sob o escopo da Linguística Cognitiva. Assim, através dessa perspectiva, defende-se que todas as categorias linguísticas refletem, em alguma medida, a noção de protótipo, tendo cada uma delas os seus elementos e características mais centrais e mais periféricos.

No nível conceptual, destacam-se teorias como a dos Modelos Cognitivos Idealizados, ou MCIs (LAKOFF, 1990), os quais possuem, como subprodutos, estruturas de categorias e efeitos prototípicos. Por exemplo, o reconhecimento de *sábado* e *domingo* como componentes de um fim de semana requer certo modelo cognitivo idealizado ligado à organização do trabalho. Observando-se que o conceito de semana pode variar de cultura para cultura, considera-se que “Nosso modelo de semana é idealizado. Semanas de sete dias não existem objetivamente na natureza. Eles são criados por seres humanos².” (LAKOFF, 1990, p. 69). A teoria também abrange os chamados *cluster models*, definidos como um conjunto de modelos que se combinam para formar um conglomerado complexo que é psicologicamente mais básico do que os modelos tomados individualmente. (p. 74). O exemplo dado por Lakoff é o conceito de *mãe*, que se baseia em quatro modelos: o genético (a parte feminina que contribui com o material genético da criança); o alimentador (mãe é quem cria e alimenta a criança); o marital (a mãe é a mulher do pai); e o genealógico (a ancestral feminina mais próxima da criança é a mãe). O autor observa que, mesmo que haja divergências relativas a certos casos, como o conceito de madrasta, existe sempre uma forte tendência a se manter o *cluster*.

Para compreendermos a importância da categorização no nível gramatical das línguas, é pertinente mencionarmos as categorias radiais gramaticalizadas de Lakoff (1990). O autor explica que “É comum, às gramáticas de línguas, marcar certas categorias conceptuais³” (p. 91), sendo

² “Our model of a week is idealized. Seven-day weeks do not exist objectively in nature. They are created by human beings.”

³ “It is common for the grammars of languages to mark certain conceptual categories.”



esse fato importante para que se compreenda a organização dessas estruturas. O primeiro exemplo quanto a categorias conceituais radialmente estruturadas refere-se ao Dyirbal, língua aborígene australiana investigada por Dixon (1982), que possui, como classificadores de objetos, as palavras *bayi*, *balan*, *balam* e *bala*. Desse modo, sempre que um falante de língua usa um nome, deve pronunciar também a variante de uma dessas palavras, utilizando o qualificador correto para cada objeto, conforme os domínios de experiência que organizam o universo do Dyirbal. No categorizador *balan*, por exemplo, os falantes do Dyirbal incluem mulheres, fogo e coisas perigosas⁴. Lakoff destaca, dentre as descobertas de Dixon, o princípio do mito e da crença, o qual estabelece que se um nome, que possui característica X, for ligado à característica Y em virtude de uma crença ou mito, passará a pertencer à categoria relativa a Y. Esse ponto ilustra claramente como a dimensão cultural é decisiva no modo como organizamos as categorias conceituais.

Dessa forma, o processo de categorização à luz da Linguística Cognitiva embasa-se numa perspectiva não criterial, defendendo que a maneira como ativamos entidades perante certos conceitos está diretamente ligada às nossas vivências e aos contextos de uso da linguagem, que nos levam a manipular as categorias conforme a nossa percepção em situações específicas de interação com o mundo. Na próxima seção, a partir da obra *Ensaio sobre o entendimento humano*, buscaremos compreender a noção de categorização em John Locke, de modo a estabelecer relações com a noção de efeito prototípico que subjaz às teorias da Linguística Cognitiva.

DOS TERMOS GERAIS: A CATEGORIZAÇÃO CONSOANTE O PENSAMENTO LOCKIANO

Esta seção dedica-se à exploração do conceito de categorização na obra *Ensaio acerca do entendimento humano*, de John Locke. Antes de abordarmos o texto, ocupar-nos-emos de uma contextualização da obra, indicando as motivações que subjazem à sua publicação. Em seguida, passaremos à análise do livro III, tendo como foco o capítulo III (*Dos termos gerais*), de modo a verificarmos como o empirista concebe o processo de categorização humana.

O filósofo John Locke é conhecido por fixar as bases do liberalismo político na Inglaterra, no século XVII. Posicionando-se contra os preceitos que sustentavam o autoritarismo inglês, defendia que o homem é responsável por seu pensamento e que, portanto, deve ter liberdade para agir conforme suas próprias crenças. Em virtude da perseguição aos oponentes do regime monarquista, o estudioso viu-se compelido a buscar exílio na Holanda em 1678. Esse período foi fundamental para que ele concluísse o *Ensaio sobre o Entendimento Humano*, publicado no seu retorno à terra natal, dez anos depois, o qual é centrado nos “[...] trabalhos da mente humana em termos

⁴ Esse classificador inclui, dentre outros nomes, *mulher*, *cachorro*, *cobra*, *lanças*, *escudos*, *fogo*, *algumas árvores*, *moscas*, *escorpiões* (LAKOFF, 1990, p.93).





simples, sóbrios e despretensiosos⁵. (DUNN, 2003, p. 70, tradução nossa). O último adjetivo se deve ao fato de o próprio Locke não ter pretendido estabelecer uma teoria científica através dos seus apontamentos, não se preocupando em sistematizar rigorosamente as suas reflexões.

De modo a estabelecermos relações entre o processo de categorização em Locke e as concepções da Linguística Cognitiva acerca do assunto, é de suma importância que levemos em conta a dimensão empírica do *Ensaio*, dado que John Locke é também conhecido como o primeiro estudioso que sistematizou o empirismo – cujas bases vêm da filosofia grega –, instigando-nos a conceber a mente como uma folha branca a ser preenchida pela experiência, predominantemente pautada nas sensações que se tem ao se interagir com o mundo real. Locke contesta a visão cartesiana de entendimento humano, assentada em “um número de máximas da razão, como ‘o que é, é’” (DUNN, 2003, p. 79), e defende que o modo como o homem toma por verdade determinados pressupostos está condicionado à sua experiência com as coisas do mundo real.

No que tange à organização da obra aqui explorada, o *Ensaio acerca do entendimento humano* pode ser dividido em duas grandes partes. A primeira refere-se ao Livro I e centra-se na doutrina das ideias inatas – Locke estabelece então que o homem não possui ideias morais religiosas ou inatas e que, portanto, suas crenças podem ser construídas por conta própria, sem que isso seja imposto pelas autoridades. Já os outros três livros dedicam-se às formas de aquisição de conhecimento, buscando explicar como então o homem formula suas crenças e como valida ou invalida a sua concepção de mundo. Nessa segunda parte, o Livro II é voltado à natureza das ideias; o Livro III foca na natureza das palavras e da linguagem em geral; e o Livro IV traz um resumo das discussões anteriores, realizando um fechamento de todas as considerações presentes no *Ensaio*. A partir de sua orientação empirista, Locke nos convida a enxergar o processo de conhecimento humano como uma forma de percepção da realidade; assim, o capítulo III trata da linguagem e dos processos de significação de uma forma que concerne à referência direta às coisas do mundo, não se atendo à discussão de conceitos mais complexos⁶.

O capítulo I do Livro III, intitulado *Das palavras ou da linguagem em geral*, traz-nos noções pertinentes ao entendimento de categorização a partir de John Locke. O filósofo deixa claro que a sua concepção de linguagem atrela-se ao uso em sociedade, sendo o grande instrumento de união entre os homens. Para ele, os sons

[...] são estabelecidos como símbolo das ideias que [o homem] tem no espírito, a fim de estas poderem ser, por tal meio,

⁵ “[...] the workings of men’s minds in such simple, sober, and unpretentious terms.”

⁶ Partindo dessa premissa, Locke considera que as palavras sem referente concreto, exemplificadas com *imaginar*, *conceber*, *compreender* etc., são “negativas ou de privação” (LOCKE, 1999, p. 543), por denotarem uma ausência de ideias específicas, ou seja, de ideias que não concernam a um referente definido no mundo.



manifestadas a outros, e os pensamentos dos homens poderem ser, por tal meio, manifestadas aos outros, e os pensamentos dos homens poderem ser transmitidos entre eles. (LOCKE, 1999, p. 543).

A dimensão pragmática da linguagem em Locke se explicita quando o autor coloca que seu objetivo, ao refletir sobre a linguagem humana, é verificar “*a que se aplicam os nomes no uso que fazemos da linguagem.*” (LOCKE, 1999, p. 544, grifo do autor). Na concepção do filósofo, interessa estudar a linguagem nessa perspectiva de referência a objetos concretos porque o autor acredita que todo o nosso processo de uso linguístico assenta em experiências sensoriais, sendo essa a origem de qualquer sentido primário de uma palavra⁷. Assim, apesar de não podermos estabelecer uma ligação direta entre essas considerações e a premissa de mente corporificada encontrada na Linguística Cognitiva, vemos que Locke, ao deixar de atribuir à linguagem uma dimensão essencialmente abstrata, condicionando-a à experiência, aproxima-se de uma visão sociocognitivista no sentido de propor que o pensamento é dependente do corpo humano e do seu sistema perceptual.

No capítulo II, Locke trata da significação das palavras, cujo papel, na sua concepção, seria denotar as ideias que um indivíduo possui. É interessante observar que, ao mesmo tempo em que o empirista indica uma perspectiva pragmática da linguagem, privilegiando-a como instrumento de uso entre os humanos, a sua dimensão de ideia particular⁸ é exposta como algo estritamente individual, sendo a linguagem uma ferramenta que intermedeia esses conceitos únicos entre um indivíduo e outro, permitindo que, mesmo tendo cada pessoa as suas próprias ideias, haja entendimento entre os sujeitos; contudo, sempre que interpretamos o outro, recorremos ao nosso próprio aparato de ideias para compreender o interlocutor, pressupondo que o nosso entendimento é idêntico ao do outro falante. Assim, a subjetividade está sempre em jogo e a comunicação é um processo constante de pressuposição da compatibilidade de ideias: “[os homens] *supõem que as palavras de que se servem são marcas das ideias que se encontram também no espírito dos outros homens com quem comunicam.*” (LOCKE, 1999, p. 549, grifo do autor). O filósofo exemplifica a sua colocação com o exemplo de *ouro*, que poderia ser usado para se fazerem analogias diferentes dependendo das ideias de cada falante; essa apropriação poderia abranger apenas o tom do material ou o seu peso. Locke, portanto, não leva em conta noções de contexto e cultura, ou seja, não considera o fato de que existe um conhecimento culturalmente partilhado que induz os falantes a fazerem determinados usos.

⁷ Nas palavras do autor, “E não duvido nada que, se pudessemos fazer remontar todas as palavras à sua origem, iríamos verificar que, em todas as línguas, as palavras que empregamos para significar coisas que não dependem dos sentidos têm sua origem mais radical em ideias sensoriais.” (LOCKE, 1999, p. 543).

⁸ Posteriormente, introduz-se o conceito de ideia geral, que também será abordada nesta seção.





Em seguida, o terceiro capítulo traz a concepção de *termos gerais* para o pensamento lockiano, já definidos, no início do Livro III, como termos que “fazem uma palavra significar uma imensidão de ideias particulares⁹.” (LOCKE, 1999, p. 542). As ideias, conforme já mencionamos, concernem a referentes concretos no mundo; assim, embora o termo *categorização* não seja empregado por Locke, pode-se depreender que é neste capítulo que se encontram os seus conceitos sobre a organização das categorias. Levando sempre em conta a dimensão pragmática da linguagem, o filósofo afirma que esses termos gerais existem em virtude da necessidade de haver palavras que designem um grupo de coisas quando o falante não considerar necessário referir-se a cada um dos objetos que compõem determinado grupo – por exemplo, um fazendeiro pode recorrer à ideia geral *boi* sem que precise referir-se a um de seus animais em específico. Locke afirma que a criação de termos gerais, é, portanto, uma necessidade natural, já que é impossível que o homem retenha “ideias distintas de todas as coisas particulares que nos apresentam.” (LOCKE, 1999, p. 553).

Um termo geral, que abarca determinados itens conforme a sua natureza, é sinal de uma ideia geral – em contraposição às ideias específicas –, designando termos que podem ser compreendidos fora de um contexto, ou, considerando as explicações de Locke acerca do conceito de ideia, que podem ser mencionados sem que seja feita uma referência direta a um item específico no mundo, sendo isoláveis desse contexto referencial:

As palavras tornam-se gerais quando são instituídas de ideias gerais; e as ideias tornam-se gerais quando as separamos das circunstâncias temporais, de lugar, e de toda e qualquer ideia que possa delimitá-la a tal ou a tal existência particular. Por esta espécie de abstracção, elas tornaram-se capazes de representar mais do que uma coisa particular, cada uma das quais conforme a esta ideia abstrata, e por isto pertencendo, como se diz, à classe designada pela ideia geral. (LOCKE, 1999, p. 556).

A formação desses termos gerais se estabelece durante o processo de aquisição da linguagem, conforme a experiência da criança. O estudioso traz como exemplo o nome *mãe*, que é, de início, atribuído pela criança apenas à sua própria mãe. Com o tempo, a criança percebe que há outras pessoas que se encaixam nessa categoria, a qual se torna então um termo geral que abrange todas as pessoas adequadas a esse grupo. Nesse trecho da obra, acrescentando também o exemplo da categoria *homem*, Locke explicita que ainda estão em jogo as propriedades fundamentais a determinado segmento

⁹ É importante reiterar a dimensão individual dada às “ideias particulares”, que para Locke “não significam imediatamente nada, senão as ideias existentes no espírito de quem as profere.” (LOCKE, 1999, p. 571). Por sua vez, as ideias gerais são instrumentos usados para nos referirmos a determinada categoria sem que necessitemos apontar um de seus membros de forma específica.



categorial, retomando-se assim a perspectiva criterial da categorização, que caracteriza a visão de Aristóteles: “E, com isto não formam nada de novo, mas, pondo de lado, na ideia complexa que tinha de Pedro e de Tiago, de Maria e de Isabel, somente o que é peculiar a cada um, apenas retêm o que lhes é comum a todos”. (LOCKE, 1999, p. 557).

Ao processo de categorização, Locke relaciona o seu conceito de *essência*, definida como “a ideia abstrata que esse nome [termo geral] traz consigo” (LOCKE, 1999, p. 561). Para o estudioso, essa é a maneira de se atribuir alguma significação aos termos gerais, considerando-se que Locke preocupa-se com a linguagem enquanto instrumento para referir-se às coisas no mundo. Dessa forma, se as palavras que designam categorias não possuem um referente específico quando empregadas pelo falante, mas sim ativam um grupo de coisas que pertencem à categoria, o conceito de *essência* supre a necessidade de se pressupor um referente específico no mundo para todas as chamadas ideias gerais. Além disso, o pensador, ao postular que a *essência* nada mais é do que a ideia abstrata ativada pelo termo geral, que por sua vez designa um conjunto de seres no mundo, consolida sua perspectiva empirista do processo de categorização, contestando a posição aristotélica, que define *essência* como um elemento completamente dissociado do uso feito pelos falantes. A ideia abstrata explica o processo de pertencimento ou não a um grupo, algo que um conceito isolado de *essência* não poderia justificar:

Porque duas espécies não podem ser uma só espécie, tal como duas *essências* diferentes não podem ser a *essência* de uma só espécie; e gostaria que me dissessem quais as alterações que se podem ou não fazer num *cavalo*, ou no *chumbo* sem que uma ou outra destas duas coisas passe a ser de uma, ou outra espécie. Se determinamos as espécies destas coisas por meio das *nossas* ideias abstractas, é fácil de resolver esta questão; mas, quem admitir a *existência* das *essências*, ficará, estou certo, completamente desorientado, e jamais poderá saber quando uma coisa deixa precisamente de ser da espécie *cavalo*. (LOCKE, 1999, p. 563, grifo do autor).

Diante dessa visão de categoria enquanto estrutura pautada em uma ideia abstrata ou *essência*, ainda nos resta elucidar, a partir do texto analisado, como o filósofo concebe as origens de nosso sistema de categorização, visto que Locke não corrobora teorias que dissociem completamente a organização da linguagem do uso para a comunicação. O reconhecimento de uma categoria, ou de sua *essência*, “é obra do entendimento que forma ele próprio [o homem] estas ideias gerais por abstracção”. (LOCKE, 1999, p. 562). Desse modo, consolida-se um posicionamento filosófico pela e por causa da experiência, ou seja, o ser humano só consegue determinar categorias conforme a sua vivência, sendo este o meio pelo qual formula as suas ideias abstratas. Ressaltamos que, consoante nossas considerações acerca do capítulo II, a experiência tem aqui uma dimensão individual protuberante, dado





que Locke parte do pressuposto de que as nossas ideias particulares são marcas únicas e de que a comunicação é um processo de se presumir que o outro compreende aquilo que estamos a expressar.

Entendemos que as ideias gerais ou abstratas são um conceito-chave para que se perceba como Locke vê o funcionamento da comunicação humana quando considera que cada um de nós, ao usar a língua, expressa ideias essencialmente idiossincráticas. Partindo do pressuposto de que as coisas pertencentes ao mundo real, tais quais os seres vivos, não sofrem modificações tão profundas a ponto de se descaracterizarem completamente ao longo do tempo, os termos gerais, a partir das percepções dos falantes, consolidam-se e tornam-se imutáveis e, por isso, independentes das mudanças que possam sofrer os seus membros: “Porque, aconteça o que acontecer a Alexandre ou a Bucéfalo, as ideias a que os nomes *homem* e *cavalo* estão ligados supõe-se que permanecem sempre as mesmas; e, por conseguinte, as essências destas espécies mantêm-se inalteráveis [...]”. (LOCKE, 1999, p. 569). O filósofo também usa essa pressuposição de imutabilidade da essência como forma de explicar por que seres humanos que nascem com alguma anomalia ainda são caracterizados como humanos, o mesmo se aplicando a outras espécies. Sendo a essência da categoria algo consolidado, todos os membros que expressem a categoria na sua essência, independentemente de suas peculiaridades, ainda pertencem ao grupo. Assim, um membro menos característico não modifica a essência da categoria¹⁰, sendo essa estabilidade o fio condutor da comunicação humana, o qual permite que o ser humano possa se comunicar com seus pares:

O homem chegou a formar ideias abstractas, e as fixou no espírito, com os nomes que as designam, e se tornou, por esse meio, capaz de considerar as coisas e de sobre elas discorrer, como se estivessem, por assim dizer, reunidas em diversos feixes, podendo, mais cómoda, pronta e facilmente comunicar os seus pensamentos e avançar no conhecimento, onde só poderia fazer progressos muito lentos se suas palavras e pensamentos estivessem inteiramente limitados aos particulares. (LOCKE, 1999, p. 570).

Portanto, é possível depreender que o filósofo defende uma organização das categorias pelos humanos a partir de suas experiências, contrapondo-se a visões que pressupõem existirem categorias abstratas independentemente dos falantes; ou seja, em Locke, temos uma perspectiva incompatível com a visão *realista* da categorização. Além disso, consideramos que os estudos do pensador, por colocarem a experiência em primeiro plano, exprimem uma dimensão *conceptual* do funcionamento das categorias – o ser humano, ao longo de suas vivências, cria conceitos que determinam seu modo de

¹⁰ Esse posicionamento seria idêntico à abordagem aristotélica se não fosse pelo fato de que Locke foca na perspectiva de uso da linguagem pelos falantes, buscando explicar como ocorre a comunicação humana.



categorizar o mundo. Entretanto, como a estrutura dessas categorias, consoante o pensamento lockiano, centra-se nas características comuns a todos os seus membros (que formam a sua essência), não levando em conta a cognição dos falantes e o seu habitat, configura-se um panorama pouco abrangente quando comparado às teorias sociocognitivista. Por desconsiderar essas questões contextuais e culturais, Locke acaba isolando as categorias do uso de seus falantes, pressupondo que tais ideias abstratas se tornam inalteráveis.

Na seção a seguir, realizaremos um fechamento do cotejo pretendido neste trabalho, sistematizando as aproximações e os distanciamentos entre o texto de Locke e a Linguística Cognitiva no que concerne ao processo cognitivo de categorização.

A LINGUÍSTICA COGNITIVA E O ENSAIO SOBRE O ENTENDIMENTO HUMANO: A CENTRALIDADE DA EXPERIÊNCIA NO PROCESSO DE CATEGORIZAÇÃO

Este trabalho teve por objetivo investigar como o processo de categorização humana é visto na Linguística Cognitiva, modelo que abarca diversas teorias em torno de uma visão experiencialista da linguagem e, portanto, da categorização, e como a teoria do entendimento humano formulada por John Locke se aproxima ou não dessa perspectiva, dado que sua obra é de cunho empírico, defendendo a experiência como fator determinante no modo como o homem usa a linguagem e enxerga suas categorias.

Na revisão acerca da LC, vimos que as teorias enquadradas neste escopo estabelecem uma abordagem linguística que leva em conta a experiência dos falantes e suas demais habilidades cognitivas, que têm ligação direta com o processamento linguístico. Desse modo, defende-se que o conhecimento da linguagem está diretamente atrelado ao seu uso e, conseqüentemente, às implicações culturais envolvidas. No que tange ao processo de categorização, temos uma teoria pautada na prototipicidade dos membros de determinado grupo, ou seja, existem membros mais ou menos identificados com a categoria, tornando-se centrais ou periféricos. Esse sistema categórico à luz da LC não parte de propriedades inerentes às estruturas categoriais, mas sim do funcionamento cognitivo em conjunto com o contexto cultural dos falantes, fatores estes que determinam como os indivíduos categorizarão o mundo. Assim, o modo de se agruparem os seres pode ser consideravelmente distinto de uma cultura para outra, dado que a organização de determinada comunidade será crucial para definir o modo como o respectivo grupo social realiza a sua categorização. Por meio da Linguística Cognitiva, portanto, contesta-se a visão aristotélica da criação de categorias, que pressupunha características inerentes aos grupos, mostrando-se que a categorização humana não está condicionada a propriedades universais de seres e objetos.





A segunda seção foi dedicada aos estudos de John Locke em seu *Ensaio sobre o entendimento humano*, no qual o filósofo propõe uma teoria sobre o modo como compreendemos o mundo. O funcionamento da linguagem, para o estudioso, pode ser entendido por meio da conceituação de termos simples e termos gerais. Os termos simples são aqueles que denotam um referente no mundo, ou uma ideia simples, a qual pode ser concebida de maneira diferente por cada falante. Já os termos gerais servem para que os indivíduos possam se referir a determinado grupo de entidades sem que precisem fazer uma referência definida, evocando aquilo que Locke chama de ideia abstrata. Como essas ideias gerais não possuem um referente específico, o estudioso explica a sua constituição a partir da *essência* do termo geral, que é apreendida pelos falantes ao longo de suas experiências e que, partindo do pressuposto de que a realidade concreta não sofre mudanças drásticas a qualquer momento, consolidam-se e se tornam imutáveis, permitindo, portanto, que haja comunicação apesar das peculiaridades que possa haver no nível das ideias simples. Dessa forma, a categorização funciona através do estabelecimento dos termos gerais.

Nesse contexto pautado na filosofia, ao tratar dos termos simples, Locke deixa em aberto aquilo que dificilmente poderia comprovar de maneira objetiva: como é possível mensurar aquilo que se sabe sobre o funcionamento cognitivo de cada um dos seres humanos e quais são as discrepâncias que podem existir entre a conceptualização de uma pessoa e de outra, mesmo que vivam no mesmo ambiente e que tenham passado pela mesma experiência? Como se pode garantir, por exemplo, que a forma de retomar uma lembrança, para um indivíduo, é exatamente a mesma de outra pessoa que também a vivenciou? Sem encontrar subsídios no mundo concreto e na sua perspectiva referencial da linguagem e, logo, sem conseguir dar conta de tais questionamentos por meio de sua proposta de empirismo, Locke determina que a comunicação é uma troca às cegas, na qual acreditamos que o pensamento do outro é equivalente ao nosso, sem que possamos verificar aquilo que se passa na mente do interlocutor.

Como resposta a essa questão – ou como proposta de reformulação dos questionamentos concernentes a esse aspecto – a Linguística Cognitiva, pautada na existência de processos cognitivos que embasam o funcionamento da linguagem, mostra-nos que, para entendermos o modo como os indivíduos enxergam o mundo e expressam-se acerca de sua realidade, devemos levar em conta uma perspectiva experiencialista mais abrangente, incluindo a relação do falante com o seu próprio organismo, as suas interações com os demais e o seu habitat. Entra em jogo o caráter social da cognição humana e o modo como as vivências dos sujeitos, conforme seu meio ambiente, influenciam nas suas escolhas linguísticas e no seu modo de conceptualizar a realidade. Por meio dessa ampla lupa do realismo experiencialista, é possível compreender que o ser humano possui sim um conhecimento que partilha com sua comunidade, mas que não se trata de algo consolidado e imutável. Assim



como as sociedades e as relações entre seus membros podem sofrer mudanças significativas ao longo do tempo, a forma de uso da língua e, por consequência, o modo como se categoriza o mundo, reflete tais alterações. Em outras palavras – e usando um termo caro aos estudos lockianos –, a *essência* de uma categoria não é imutável, mas sim dependente da constituição dos sujeitos e do modo como eles se inter-relacionam. Desse modo, entre uma cultura e outra, a lógica das categorias pode ser tão diferente a ponto de causar estranhamento a quem não faz parte daquela comunidade.

Em relação aos pontos convergentes entre a teoria do conhecimento de Locke e a Linguística Cognitiva no contexto da categorização, apontamos que ambas as abordagens atribuem à experiência um papel crucial no que tange à criação das estruturas categoriais. Mesmo que estejamos longe de vislumbrar os Modelos Cognitivos Idealizados de Lakoff em Locke, podemos observar que o filósofo, em exemplos como a categorização de *mãe* – ou, consoante seus termos, como a criação do termo geral que abarcará as mães –, explica que a criança esboça uma conceptualização conforme a sua própria experiência com a mãe, para posteriormente incluir novos membros nessa categoria. Novamente, falta em Locke um panorama mais amplo que envolva outros fatores além da percepção. Pela ausência do contexto sociocultural, o filósofo limita-se à experiência individual, utilizando-se das ideias abstratas para ilustrar o conhecimento partilhado. A partir de seu ponto de vista, entende-se que, se uma criança nunca conviveu com a mãe, não poderá construir esse conhecimento pela sua experiência, aprendendo sobre tal categoria por meio da existência do termo geral *mãe*, que é partilhado por todos. Contudo, pelo fato de a experiência ser considerada apenas nesse nível individual, o alcance dos estudos lockianos não dá conta de explicar como ocorre, de fato, a apropriação dessas ideias gerais que não experienciamos de forma particular. A resposta da Linguística Cognitiva a essa questão perpassaria o estudo da interação dos seres humanos com seus pares e com sua realidade.

Ao levarmos em conta a presença do fator da experiência em ambas as perspectivas, mesmo que com dimensões diferentes, temos visões que se afastam, em alguma medida, da categorização aristotélica. Apesar de não vermos em Locke uma negação da formação de categorias através da existência de propriedades inerentes aos seres que a elas pertencem, descartando-se o papel dos falantes nesse processo, o filósofo empirista enfatiza que essas propriedades dependem daquilo que os indivíduos percebem pela experiência. Tanto para Locke quanto para a Linguística Cognitiva, não se pode conceber categorização sem se considerarem as construções realizadas pelos sujeitos ao interagirem, na visão do filósofo, com o mundo e, na visão da LC, com o mundo e também com a sociedade.

Entretanto, embora Locke valorize a experiência dos indivíduos no estabelecimento de categorias, ao pressupor que essas estruturas tornam-se imutáveis, acaba por dar a entender que os falantes não podem interferir diretamente na sua modificação. Já para a Linguística Cognitiva, a





categorização está condicionada às ações dos falantes, sendo esses agrupamentos constantemente difusos pelo fato de que categorizamos e recategorizamos o mundo constantemente, dependendo dos contextos envolvidos na categorização. Há sim uma essência categorial, no sentido de existirem fatores que motivem, de alguma forma, o agrupamento dos seres em determinados conjuntos; contudo, não está em jogo a estrutura dessa essência *per se*, mas sim as motivações dos falantes ao discernir categorias.

Por fim, não obstante o significativo distanciamento temporal entre as abordagens aqui analisadas, é interessante observar que a aproximação teórica se dá de forma bastante significativa. Conforme mencionamos anteriormente, Locke não teve a pretensão de sistematizar uma teoria do conhecimento através do *Ensaio sobre o entendimento humano*, mas suas considerações acerca do funcionamento da linguagem mostram-se bastante sofisticadas. O empirismo lockiano indica-nos que, para pensarmos a comunicação, é de suma importância considerarmos o papel da experiência. Assim, embora a dimensão experiencial em Locke seja predominantemente individual e sensorial, seus estudos são valiosos para pensarmos a categorização enquanto fruto do contato humano com o mundo externo. Quatro séculos depois, o realismo experiencialista da Linguística Cognitiva propõe que se atribua à categorização um panorama mais abrangente, evidenciando que, para entendermos como os indivíduos categorizam entidades, faz-se necessário levar em conta o fato de que a experiência é dependente de fatores socioculturais que moldam o nosso funcionamento cognitivo e, por conseguinte, a nossa visão da realidade.

THE ROLE OF EXPERIENCE WITHOUT A CATEGORIZATION PROCESS: AN APPROXIMATION BETWEEN JOHN LOCKE'S ESSAY ON HUMAN UNDERSTANDING AND THEORIES OF COGNITIVE LINGUISTICS

ABSTRACT

This essay aims at reflecting about some precepts of the philosopher John Locke, who published *An essay concerning human understanding* (1690), and its relations with Cognitive Linguistics (CL), a theoretical model which encompasses various theories defending an experientialist view of language, and therefore of the process of categorization, which concerns the human ability of grouping different entities as instances of the same kind. It is pointed that both approaches attach a crucial role to experience with regard to the creation of categorical structures. For Locke, as well as for cognitive linguistics, it is



impossible to conceive categorization without considering constructions made by humans when they interact with the world and society.

Keywords: Categorization. Cognitive Linguistics. John Locke, Empiricism.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CROFT., W.; CRUSE., D. A. **Cognitive Linguistics**. New York: Cambridge University Press, 2004.

CRUSE, A. **A Glossary of Semantics and Pragmatics**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2006.

DIXON, R. M. W. **Where have all adjectives gone?** Berlim: Walter de Gruyter, 1982.

DUNN, J. **Locke: a very short introduction**. New York: Oxford University Press, 2003.

EVANS, V.; GREEN, M. **Cognitive linguistics: an introduction**. Edinburg: Edinburg University Press, 2006.

FILLMORE, C. J. Frame Semantics. In: **Linguistics in the Morning Calm**. Seoul, Hansinh Publishing Co., 1982. p.111-137.

KENEDY, E. Gerativismo. In: MARTELOTTA, Mário (Org.) **Manual de Linguística**. São Paulo: Contexto, p. 127-140, 2008.

LAKOFF, G. **Women, Fire and Other Dangerous Things: What categories reveal about the mind**. The University of Chicago Press, Chicago and London, 1990.

LANGACKER, R. **Foundations of Cognitive Grammar**, Volume I. Stanford: 1987.

LOCKE, J. **Ensaio acerca do entendimento humano**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1999.

ROSCH, E. Natural categories. In: **Cognitive Psychology**, [S.l.], v. 4, n. 3, p. 328-350, 1973.

TALMY, G. Beyond foreground and background. In: **Coherence and grounding in discourse** (Typological studies in language, 11), 1987.

TAYLOR, J. R. **Linguistic categorization**. New York: Oxford University Press, 2009.

